

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO CESAR FARIA

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO E SUAS
FUNÇÕES: ENTRE A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA E A FUNÇÃO PUNITIVA

CURITIBA

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO CESAR FARIA

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO E SUAS
FUNÇÕES: ENTRE A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA E A FUNÇÃO PUNITIVA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial à obtenção do grau de bacharel
em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pianovski
Ruzyk

CURITIBA

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

Responsabilidade Civil por Dano Moral Coletivo e suas Funções: Entre a Função Compensatória e a Função Punitiva

BRUNO CESAR FÁRIA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

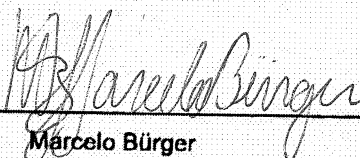


Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk
Orientador

Coorientador



Maria Candida do Amaral Kroetz
1º Membro



Marcelo Bürger
2º Membro

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar se a responsabilidade civil por dano moral coletivo teria por característica preponderante a função punitiva e pedagógica. Isso, pelo fato de poder ser muito difícil analisar como os mais diversos grupos sociais foram atingidos pelo dano moral coletivo, ou mesmo verificar se os valores da condenação poderiam atingir todos os diferentes grupos que compõem uma coletividade, na extensão de seus danos, visto que, uma sociedade não é formada de um grande grupo homogêneo, mas sim de diversos nichos sociais, cada qual com suas características e necessidades. Nessa linha, a responsabilidade civil por dano moral coletivo teria por característica predominante a função punitiva, em que visaria punir e educar os ofensores de interesses coletivos, bem como, possíveis imitadores de tais atos tão prejudiciais para a sociedade.

Palavras-chave: Responsabilidade civil por dano moral coletivo. Função compensatória. Função punitiva e pedagógica.

Summary

The present work aims to investigate whether civil liability for collective moral damage would have as a preponderant characteristic the punitive and pedagogical function. This is due to the fact that it may be very difficult to analyze how the most diverse social groups were affected by collective moral damage, or even to verify whether the values of condemnation could reach all the different groups that make up a collectivity, in the extent of their damage, since, a society is not formed of a large homogeneous group, but of various social niches, each with its characteristics and needs. In this line, civil liability for collective moral damage would have as its predominant characteristic the punitive function, in which it would aim to punish and educate the offenders of collective interests, as well as, possible imitators of such acts so harmful to society.

Keywords: Civil liability for collective moral damage. Compensatory function. Punitive and pedagogical function.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. DANO MORAL COLETIVO COMO LESÃO A VALORES FUNDAMENTAIS DA COLETIVIDADE.....	8
2. DANO MORAL COLETIVO COMO LESÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA COLETIVIDADE	10
3. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO E A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA	14
4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO E A FUNÇÃO PUNITIVA E PEDAGÓGICA	22
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil tem se modificado muito ao longo de seu desenvolvimento histórico, desde a longa jornada que enfrentou quanto à aceitação da possibilidade do dano moral individual, até, atualmente, a exigência de que seja capaz de responder pelos danos causados à coletividade, isso devido ao fato de que questões como a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, os interesses dos consumidores e a proteção da saúde pública se mostram cada vez mais importantes.

Violações à ordem econômica podem se perpetrar por um longo período, podendo durar anos ou mesmo décadas, prejudicando gerações, mesma situação de lesões ao meio ambiente que podem prejudicar as futuras gerações.

Contudo, uma questão que se mostraria muito controversa a respeito da responsabilidade civil por dano moral coletivo seria quanto a sua função ou suas funções, sendo que o presente trabalho busca pesquisar qual seria a função predominante na responsabilidade civil por dano moral coletivo, se seria a função compensatória ou seria a função punitiva.

O que se pondera é o que se buscaria com tais condenações judiciais, se seria a compensação dos prejuízos das coletividades atingidas ou punir o ofensor de interesses de ordem coletiva.

Para tentar entender tal ideia, no primeiro tópico do trabalho será pesquisado o conceito que vincula o dano moral coletivo a violações injustas e intoleráveis de valores fundamentais titularizados pela coletividade, atingindo uma moral coletiva, e no segundo tópico será pesquisado sobre a corrente que vincula o dano moral coletivo às lesões a direitos da personalidade da coletividade. O estudo de ambas as correntes se dá no intuito de pesquisar se o dano seria caracterizado “*in re ipsa*”, em que não seriam buscados os prejuízos concretos que atingiram os diversos grupos que compõem a coletividade.

Isso tudo, para no terceiro item do trabalho estudar sobre a função compensatória, também atribuída a responsabilidade civil por dano moral coletivo, para averiguar se caso não seja analisado como os diversos grupos da coletividade foram atingidos e como os recursos da condenação seriam aplicados em relação a eles, pode influenciar na função compensatória, tornando-a menos efetiva e, conseqüentemente, se tal

função teria uma função inferior dentro da responsabilidade civil por dano moral coletivo.

Com isso chega-se ao quarto tópico, em que é estudada a função punitiva, que é apontada por parte da doutrina como integrante da responsabilidade civil por dano moral coletivo, para tentar entender se tal função seria preponderante dentro do instituto jurídico, em que se buscaria punir quem pratica atos prejudiciais a interesses extrapatrimoniais da coletividade e inibir suas repetições.

Nessa linha busca-se por meio de pesquisa doutrinária e de jurisprudência analisar qual seria a função predominante da responsabilidade civil por dano moral coletivo, se seria a função compensatória, buscando efetivamente suprir os danos extrapatrimoniais sofridos pela coletividade ou se, devido as complexidades que envolve descobrir como os diferentes grupos sociais foram atingidos, o que se buscaria predominantemente seria a punição dos causadores dos danos a interesses coletivos e a inibição de tais atos.

1. DANO MORAL COLETIVO COMO LESÃO A VALORES FUNDAMENTAIS DA COLETIVIDADE

O presente tópico pretende investigar se o dano moral coletivo pode ser pensado como lesão a valores superiores da coletividade, causada com gravidade que ultrapasse o tolerável, sendo suficiente para produzir sofrimentos, intranquilidade social e alterações relevantes na ordem psíquica e extrapatrimonial da coletividade, sob a perspectiva de uma moral coletiva.

Nesse sentido, no Recurso Especial nº 1.502.967/RS, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, DJe datado de 14/08/2018, é disposto que “o dano moral coletivo é categoria autônoma de dano que não se identifica com os tradicionais atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico), mas com a violação injusta e intolerável de valores fundamentais titularizados pela coletividade (grupos, classes ou categorias de pessoas)”.

Poderia ser extraído do referido julgado que existiriam valores fundamentais que vinculariam os membros da coletividade, criando padrões éticos de proteção e respeito a esses valores compartilhados.

No sentido de que existiria uma esfera moral e metaindividual capaz de definir uma comunidade ou mesma uma sociedade como um todo e seriam exigidos padrões éticos de comportamentos em relação a este círculo de valores.

Esses valores teriam natureza extrapatrimonial, sendo que uma lesão contra eles de modo intolerável geraria a responsabilidade civil por dano moral coletivo.

Xisto Tiago de Medeiros Neto¹ trás esse conceito de padrões éticos em relação ao dano moral coletivo, ensinando que a partir do conceito doutrinário de que o dano moral deve ser desvinculado de dores físicas, dores psíquicas, sofrimentos, etc; nasce a construção teórica que daria noção do que é o dano moral coletivo, que se caracterizaria “pela ofensa a padrões éticos dos indivíduos, considerados em sua dimensão coletiva”².

Marcelo Freire Sampaio Costa³ coloca que a conduta antijurídica que causa lesões a interesses coletivos em sentido estrito ou difusos “merece amplo e irrestrito amparo do direito, no sentido de recompor a integridade moral e patrimonial da coletividade”. Também trazendo essa ideia de uma moral metaindividual.

Nesse sentido, Carlos Alberto Bittar Filho⁴ define que o dano moral coletivo seria “a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade”, que seria “a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos”. Bittar Filho também descreve o que seriam esses valores, escrevendo que os valores coletivos resultariam “da amplificação, por assim dizer, dos valores dos indivíduos componentes da coletividade. Assim como cada indivíduo tem sua carga de valores, também a comunidade, por ser um conjunto de indivíduos, tem uma dimensão ética”⁵.

Quanto a esta questão da ética social para a garantia de direitos de forma difusa, Maria Clara Dias⁶ leciona que na sociedade atual todos os seres humanos estão sujeitos a tomar decisões que são capazes de afetar outras pessoas das mais variadas partes do planeta. Sendo que, ao tratar sobre os direitos humanos, a autora discorre que o dever de reclamar direitos básicos a cada indivíduo é de todos os indivíduos,

¹ MEDEIROS NETO. Xisto Tiago. O Dano Moral Coletivo e o Valor da sua Reparação. Rev. TST, Brasília, vol. 78, nº 4, out/dez 2012.

² MEDEIROS NETO. Xisto Tiago. O Dano Moral Coletivo e o Valor da sua Reparação. Rev. TST, Brasília, vol. 78, nº 4, out/dez 2012.

³ COSTA, Marcelo Freire Sampaio. Dano Moral Coletivo nas Relações Laborais: de acordo com o novo código de processo civil, 2ª ed. Pág. 20. São Paulo: LTr, 2016.

⁴ BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30881-33349-1-PB.pdf>>

⁵ BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30881-33349-1-PB.pdf>>

⁶ DIAS, Maria Clara. Ensaaios sobre a Moralidade: Coletânea Ensaaios filosóficos. Pág. 74 - 84. Rio de Janeiro, 2012.

defendendo uma moral universal. Ponderando que existe um núcleo mínimo de direitos e deveres que compartilham todos os seres humanos e a lesão a esses direitos fere as convicções morais de qualquer indivíduo.

Maria Clara Dias escreve que “filósofos modernos, como Kant, ou contemporâneos, como Hare, Rawls, Gewirth, Habermas entre outros, que compartilham, de forma mais ou menos direta, a idéia de que o ser humano possui uma razão universal capaz de gerar um sistema de princípios morais que nos diga como agir”⁷.

Eduardo Vandre se posiciona no sentido da existência de vinculação entre valores coletivos e a necessidade dos indivíduos agirem segundo esses padrões de comportamento, escrevendo que “a moralidade de um grupo terá sempre origem na conduta de um indivíduo”⁸.

Esse seria o sentido da condenação por dano moral coletivo para uma parte da doutrina que concebe o dano moral coletivo como uma lesão a valores fundamentais da coletividade. Estaria, assim, o ofensor ferindo a moral coletiva, e agindo em contrariedade aos valores que a sociedade considera fundamentais.

2. DANO MORAL COLETIVO COMO LESÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA COLETIVIDADE

Como uma grande parte da Doutrina conceitua o dano moral individual como sendo lesões a direitos da personalidade, esse conceito acabou sendo acolhido por muitos autores relativamente aos danos morais coletivos.

Para entender essa vinculação do dano moral individual aos direitos da personalidade é importante citar Sergio Cavalieri Filho⁹, que ensina que para a configuração do dano moral deveria-se analisar se houve uma agressão à dignidade ou uma agressão, “mínima que seja, a um bem integrante da personalidade”.

⁷ DIAS, Maria Clara. Ensaios sobre a Moralidade: Coletânea Ensaios filosóficos. Pág. 82. Rio de Janeiro, 2012.

⁸ VANDRE, Eduardo. A autonomia do indivíduo e o desvio como exceção. Direito e Filosofia. Publicado em: 04 abr 2017. Disponível em: <[<A autonomia do indivíduo e o desvio como exceção – Direito e Filosofia \(eduardovandre.com\)>](http://A%20autonomia%20do%20indiv%C3%ADduo%20e%20o%20desvio%20como%20exce%C3%A7%C3%A3o%20-%20Direito%20e%20Filosofia%20(eduardovandre.com))>. Acesso em: 02 fev 2021.

⁹ CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil, 10ª ed. Pág. 93. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

Também nesse sentido, Carlos Roberto Gonçalves ensina que o dano moral é “lesão de bem que integra os direitos da personalidade”¹⁰.

O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.269.494/MG, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, contém voto condutor que acabou se tornando paradigmático para o entendimento de que o dano moral coletivo também estaria vinculado a lesão a direitos da personalidade. No referido voto é discorrido que o dano moral “deve ser averiguado de acordo com as características próprias aos interesses difusos e coletivos”. Ou seja, deveria ser analisado a partir de um certo distanciamento das características particulares, das características próprias, das pessoas que compõem aquela coletividade ou aquele grupo determinado ou indeterminado de pessoas, uma coisa seria analisar o interesse difuso ou coletivo afetado e a potencialidade de efeitos negativos na esfera extrapatrimonial coletiva, outra como afetou cada membro daquela coletividade concretamente.

Nas palavras de Carolina Medeiros Bahia e Heloísa Gomes Medeiros “o pressuposto do dano passa a se situar na própria atividade lesiva (dano normativo), não importando, para a sua configuração, as alterações que eventualmente promova no estado anímico da vítima”¹¹.

A análise iria para o interesse atingido, que se for considerado interesse de ordem coletiva e no qual foi infringido uma violação intolerável, tal fato seria apto para configurar o dano moral coletivo por ferir direitos de personalidade da coletividade.

Nesse sentido quanto à análise sobre a atividade lesiva e não exatamente sobre os danos gerados, Xisto Tiago de Medeiros Neto¹² ensina que “estabelece-se, sim, a sua concepção, de maneira objetiva, concernindo ao fato que reflete uma violação intolerável do ordenamento jurídico, a atingir direitos coletivos e difusos, cuja essência é tipicamente extrapatrimonial”.

Então, partindo desse ponto de vista, o voto da Ministra Eliana Calmon, no REsp 1.269.494/MG, traz que tal dano a direitos de personalidade da coletividade estaria em um plano diferente daquele plano onde está cada indivíduo que compõe esse grupo massificado. Seria um plano baseado nos conhecimentos que se tem sobre as

¹⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro 4: Responsabilidade Civil, 5ª ed. Pág. 377. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

¹¹ BAHIA, Carolina Medeiros; MEDEIROS, Heloísa Gomes. O Dano Moral Coletivo nas Relações de Consumo e a Visão dos Tribunais. Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo. Curitiba | v. 2 | n. 2 | p. 153 - 167 | Jul/Dez. 2016. Pág. 156.

¹² MEDEIROS NETO. Xisto Tiago. O Dano Moral Coletivo e o Valor da sua Reparação. Rev. TST, Brasília, vol. 78, nº 4, out/dez 2012.

possíveis gravidades que surgiriam em relação a direitos da personalidade de todos os membros da coletividade afetada, onde apenas com análise sobre o interesse coletivo e a lesão intolerável contra ele seria possível vislumbrar os mais variados danos em perspectiva coletiva, como por exemplo, lesões corporais em perspectiva coletiva, danos à saúde, etc; seria a partir de um olhar coletivo verificar se direitos da personalidade foram ou não violados, sem necessitar averiguar cada membro individualmente, bastando analisar uma violação relevante a um direito da personalidade classificado como de ordem coletiva. Então, a violação em si, causada em um direito classificado como da personalidade da coletividade seria o bastante para caracterizar o dano moral coletivo.

Nos termos do voto:

“o dano extrapatrimonial atinge direitos de personalidade do grupo ou coletividade enquanto realidade massificada, que a cada dia reclama mais soluções jurídicas para sua proteção. É evidente que uma coletividade pode sofrer ofensa à sua honra, à sua dignidade, à sua boa reputação, à sua história, costumes, tradições e ao seu direito a um meio ambiente salutar para si e seus descendentes. Isso não importa exigir que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado. Essas decorrem do sentimento de participar de determinado grupo ou coletividade, relacionando a própria individualidade à idéia do coletivo”¹³.

Tartuce também coloca que o dano moral coletivo “pode ser denominado como o dano que atinge, ao mesmo tempo, vários direitos da personalidade, de pessoas determinadas ou determináveis”¹⁴. Para Tartuce o dano moral coletivo estaria necessariamente restrito aqueles que afetam direitos individuais homogêneos e coletivos em sentido estrito, devendo as vítimas serem, necessariamente, determinadas ou, pelo menos, determináveis, onde ocorreriam várias lesões aos direitos da personalidade ao mesmo tempo devido à ação ou omissão antijurídica. Ou seja, Tartuce diferencia em categorias o dano moral coletivo dos chamados danos difusos, onde os afetados seriam indetermináveis. Mas quanto aos danos coletivos ele considera sim atrelados a lesões a direitos da personalidade da coletividade.

Gagliano e Pamplona Filho¹⁵ entendem que os danos morais são lesões a direitos da personalidade, colocando que, como a Lei da Ação Civil Pública prevê a possibilidade dos danos morais coletivos, então o conceito de direitos da

¹³ REsp 1.269.494/MG, Rel.: ELIANA CALMON, DJe: 01/10/2013

¹⁴ TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil. Volume Único. Pág. 337. São Paulo: Ed. Método, 2018.

¹⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil 3, 10ª ed. Pág. 141. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

personalidade deveria ser ampliado para dar conta de tal possibilidade e, nas palavras dos autores, “o dano moral difuso tutelado pela previsão legal somente pode ser caracterizado como uma lesão ao direito de toda e qualquer pessoa (e não de um direito específico da personalidade)”¹⁶.

Este ponto de vista também coloca que a lesão a um interesse coletivo deveria ser analisada em um plano diferente daquele que estão os membros da coletividade individualmente considerados, verificaria-se um ato antijurídico e intolerável praticado contra um interesse coletivo fundamental e a partir daí consideraria uma lesão extrapatrimonial difusa que atingiria direitos da personalidade de todas as pessoas, independentemente de verificar-se como afetou individualmente cada membro da coletividade ou em qual extensão.

VENOSA (2013, pág. 227) entende que “o dano ambiental caracteriza-se pela pulverização das vítimas, daí por que ser tratado como direito de tutela a interesses difusos. Os danos são de ordem coletiva e apenas reflexamente se traduzem em dano individual”.

O autor também coloca esse entendimento de que o dano coletivo afetaria um interesse transindividual, refletindo nos direitos individuais dos integrantes daquele grupo coletivo atingido.

Mas, então, seria o fato de se ter o conhecimento de que tais atos lesivos contra interesses sociais podem se materializar em lesões a direitos extrapatrimoniais individuais de diversas pessoas que estaria servindo de base para a condenação por danos morais coletivos e não uma personalidade metaindividual afetada?

O meio ambiente é um desses interesses que recebe cada vez mais atenção da área jurídica, já que os novos conhecimentos científicos demonstram que a degradação ambiental é capaz de causar efeitos terríveis na sociedade. Como em relação à integridade física das pessoas, ou efeitos psicológicos pela privação da interação com elementos da natureza.

Gilmar Ferreira Mendes¹⁷ ensina que em juízo de ponderação entre a livre iniciativa e o meio ambiente, este deveria prevalecer devido a vinculação da saúde pública com o meio ambiente equilibrado.

¹⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil 3, 10ª ed. Pág. 141. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

¹⁷ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 7ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012. Pág 357-358.

Por exemplo, o Projeto da estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática, em sua sexagésima oitava sessão, realizada em Dacar, República do Senegal, entre 27 e 31 de Agosto de 2018, trouxe os dados de que:

“os riscos ambientais evitáveis conhecidos causam cerca de um quarto de todas as mortes e da carga de doença em todo o mundo, totalizando 13 milhões de mortes a cada ano, que a poluição do ar causa 7 milhões de mortes evitáveis por ano e que mais da metade da população mundial ainda está exposta a água, saneamento e higiene geridos de forma inadequada, o que resulta em mais de 800 mil mortes evitáveis a cada ano”¹⁸.

Tal exemplo demonstra a aptidão que tem os danos causados em interesses transindividuais de causar efeitos negativos em direitos da personalidade dos indivíduos que compõem uma coletividade. Então, talvez, seria o conhecimento sobre esses efeitos negativos em relação a direitos da personalidade individuais que estaria impulsionando a responsabilidade civil por dano moral coletivo, sendo que estaria funcionado principalmente com uma função de punição e inibição, do que com uma função de compensação, já que, em determinadas situações, poderia ser muito difícil compensar por completo uma coletividade atingida em seus interesses coletivos.

3. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO E A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA

Mas para tentar entender qual seria a principal função cumprida pela responsabilidade civil por dano moral coletivo, seja ele pensado como dano a direitos da personalidade da coletividade, seja como lesão à valores da coletividade, é preciso, primeiramente, estudar a função compensatória também atribuída ao instituto jurídico.

Escrevendo sobre a função da compensação no dano moral individual, Rui Stoco¹⁹ discorre sobre a reparação de danos causados a direitos extrapatrimoniais individuais, lecionando que por sua natureza eles não são passíveis de avaliação

¹⁸ OMS. Projeto da estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática. Sexagésima oitava sessão, Dacar, República do Senegal, 27 a 31 de Agosto de 2018. Disponível em:<[AFR-RC68-12 Estratégia Global da OMS sobre mudanças climáticas_0.pdf \(who.int\)](#)>

¹⁹ STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

pecuniária e, então, de acordo com as peculiaridades de cada caso, deve o magistrado estabelecer uma compensação com um valor convencionado.

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho²⁰, também tratando de direitos individuais, entendem que a reparação por dano moral não seria uma pena, pois não seria esse o âmbito da responsabilidade civil, os autores colocam que o que se busca é uma compensação pelo dano sofrido. A vítima buscaria amenizar aquela injusta lesão a sua esfera moral, sendo essa a natureza da reparação pelo dano moral, visto que, os direitos atingidos por tal lesão não seriam passíveis de uma avaliação pecuniária. Sendo que, o magistrado buscaria arbitrar um valor em dinheiro para trazer uma sensação de satisfação ao lesionado em sua esfera moral, compensar o máximo possível dentro das possibilidades fáticas a limitação ao direito extrapatrimonial atingido. Contudo, os autores colocam que uma das funções da reparação por dano moral seria a punição do lesante, mas entendem que o dano moral não poderia ser colocado unicamente no âmbito de uma espécie de pena civil, pois estaria sendo focado o ofensor unicamente e sendo esquecido da vítima e de seus prejuízos morais.

Sergio Cavaliere²¹ tratando sobre o arbitramento da condenação por dano moral individual pelo juiz, discorre que ao ser arbitrado o montante, ele deve ser compatível “com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes”.

Ou seja, seria necessária a averiguação do dano sofrido pela vítima concretamente para verificar se não estaria ocorrendo enriquecimento ilícito ou se a quantia arbitrada não estaria sendo irrisória.

Jaime Leandro Bulos e Jamile Coelho Moreno²² defendem que “o que se busca é dar ao menos alguma compensação para que a aflição, a humilhação e a dor não fiquem ignoradas em nome da impossibilidade de avaliação econômica do sofrimento moral”. Os autores também defendem o caráter compensatório de tal instituto jurídico, entendendo que pelo fato de não se poder atribuir um valor a um direito extrapatrimonial, não significa que quem causa um dano a tais interesses consiga

²⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil 3, 10ª ed. Pág. 135 - 136. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

²¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil, 10ª ed. Pág. 105. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

²² BULOS, Jaime Leandro; MORENO, Jamile Coelho. Dos Novos Danos: Dano Moral Coletivo ou Dano Social? Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 4, p. 104-127, out/2016.

passar impune e, pior, quem sofre a lesão arque com os efeitos negativos sem nenhuma forma de compensação.

O autor Paulo Nader²³ entende que a indenização por danos morais não busca o ressarcimento da vítima, visto que, os danos morais se encontram atrelados ao patrimônio imaterial, sendo tais interesses insuscetíveis de avaliação pecuniária. Então, a condenação por danos morais teria dupla finalidade para Paulo Nader: “a de proporcionar à vítima uma compensação e para se desestimular condutas desta natureza”²⁴.

Sergio Cavalieri Filho ensina que “a composição do dano moral realiza-se através desse conceito - compensação -, que, além de diverso do de ressarcimento, baseia-se naquilo que Ripert chamava “substituição do prazer; que desaparece, por um novo”²⁵.

Através das colocações desses autores seria possível extrair que por não ser possível atribuir um valor a um dano extrapatrimonial, o dano moral individual através da função da compensação busca trazer uma satisfação pelos males sofridos, buscaria compensar os transtornos passados pela vítima, devendo a compensação ter relevância primordial. E aí estaria a importância de critérios para mensurar o valor pecuniário da condenação, procurando proporcionar a reparação mais completa dentro das possibilidades concretas, para não se materializar em enriquecimento, mas também não ser irrisória em comparação com o direito atingido. Devendo ser um valor razoável e proporcional dentro das possibilidades fáticas em comparação ao bem extrapatrimonial lesado, trazendo à vítima uma sensação de satisfação e respeito pela sua perda, amenizando mesmo que indiretamente seu prejuízo extrapatrimonial, mas para isso seria necessário verificar a extensão do dano e os malefícios sofridos pelo ofendido, isso dentro de suas características pessoais, pois de acordo com as necessidades pessoais pode o dano ser maior ou menor.

Mas seria importante que os valores pecuniários trouxessem a máxima compensação dentro das possibilidades fáticas para a vítima, isso de forma indireta, trazendo satisfação, ou mesmo bons sentimentos.

Quanto a esse aspecto compensatório da condenação por dano moral individual Felipe Braga Netto traz o seguinte exemplo:

²³ NADER, Paulo. Curso de Direito Civil, volume 7: Responsabilidade Civil, 6ª ed. Pág. 62. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

²⁴ NADER, Paulo. Curso de Direito Civil, volume 7: Responsabilidade Civil, 6ª ed. Pág. 62. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

²⁵ CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil, 10ª ed. Pág. 91. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

Essa volta ao estado anterior (*status quo ante*), no entanto, é impossível nos danos morais. Se o carro, em virtude de defeito no sistema de freios, não faz uma curva, e o consumidor, em razão do acidente, perde a visão, como fazer voltar a situação anterior? Em casos como esse, a indenização será compensatória, pois terá lugar para compensar a dor da vítima, a perda de um projeto de vida, da honra, enfim, qualquer dano suficientemente grave que possa ser tido, à luz das circunstâncias, como dano moral.²⁶

Flávio Tartuce discorrendo sobre o dano moral individual esclarece “que não há no dano moral uma finalidade de acréscimo patrimonial para a vítima, mas sim de compensação pelos males e lesões suportados. Tal dedução justifica a não incidência de imposto de renda sobre o valor recebido a título de indenização por dano moral”²⁷.

Caio Mário da Silva Pereira também pondera nesse sentido de que o dano moral individual não poderia representar um acréscimo patrimonial à vítima, lecionando no sentido de que a quantia a ser arbitrada pelo juiz na condenação pelo dano moral individual não deveria ser “tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva”²⁸. O autor traz essa necessidade de ver a extensão do dano para se calcular uma compensação que não se converta em enriquecimento para o lesado, mas também que seja minimamente adequada ao mesmo, pois caso seja irrisória além de poder se materializar em enriquecimento ilícito para o ofensor, também não compensaria, dentro do possível, o bem lesado.

Jaime Leandro Bulos e Jamile Coelho Moreno²⁹ escrevem que “o fundamento do dever de reparação do dano não reside no propósito de sancionar ou punir, mas no princípio de que o dano sofrido tem de ser reparado, sempre que possível, pelo responsável.” Os dois autores, assim como Flávio Tartuce³⁰, entendem que o dano moral coletivo abrangeria apenas os direitos coletivos em sentido estrito e os direitos individuais homogêneos e que o dano moral coletivo teria sim uma dupla função, abrangendo a função de compensação e punitiva/pedagógica.

Carlos Alberto Bittar Filho³¹ também leciona no sentido da dupla função do dano moral coletivo, funções punitiva e compensatória, onde a função compensatória poderia ser tanto pecuniária quanto não pecuniária.

²⁶ BRAGA NETTO, Felipe. Novo Manual de Responsabilidade Civil. Pág. 196. Bahia: JusPODIVM, 2019.

²⁷ TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil. Volume Único. Pág. 292. São Paulo: Método, 2018.

²⁸ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade Civil, 9ª ed. Pág. 67. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

²⁹ BULOS, Jaime Leandro; MORENO, Jamile Coelho. Dos Novos Danos: Dano Moral Coletivo ou Dano Social? Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 4, p. 104-127, out/2016.

³⁰ TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil. Volume Único. Pág. 343. São Paulo: Método, 2018.

³¹ BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30881-33349-1-PB.pdf>>

Em havendo condenação em dinheiro, deve aplicar-se, indubitavelmente, a técnica do valor de desestímulo, a fim de que se evitem novas violações aos valores coletivos, a exemplo do que se dá em tema de dano moral individual; em outras palavras, o montante da condenação deve ter dupla função: compensatória para a coletividade e punitiva para o ofensor; para tanto, há que se obedecer, na fixação do *quantum debeatur*, a determinados critérios de razoabilidade elencados pela doutrina³²

Marcelo Freire Sampaio Costa³³ entende que o instituto jurídico do dano moral coletivo tem principalmente duas funções, uma seria a reparação do dano causado, que buscaria minimizar ao menos um pouco o prejuízo causado aos valores coletivos lesados, e a outra seria uma função sancionatória, que visaria inibir a repetição de tais ações ou omissões que causam efeitos de tamanho grau de reprovabilidade social.

José Antonio Remedio e Carolina Cislighi Rivero³⁴ afirmam que o dano moral coletivo teria duas funções, sendo uma compensatória e a outra preventiva. Quanto à função compensatória entendem que existe impossibilidade fática de ressarcir a coletividade de maneira direta, visto que, no dano moral coletivo quem está pleitando a indenização é a coletividade abstratamente considerada e não os indivíduos que a compõe, que, inclusive, podem pedir indenização individual se for o caso. Então, os autores colocam que a condenação em dinheiro será revertida ao “Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), regulamentado pelo Decreto n. 1.306, de 9-11-1994, e tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos”.

Mas como compensar de maneira correta uma coletividade sem verificar precisamente como foram atingidos os diversos grupos que a compõe, mesmo sob a perspectiva de compensação indireta? Pois se for um caso envolvendo um ilícito causado contra a economia, talvez grupos de pessoas possam ter perdido seus empregos, empresas podem ter encerrado suas atividades. Esses grupos não homogêneos podem ser atingidos de maneiras diferentes e em diferentes níveis, causando as coletividades afetadas danos extrapatrimoniais diversos, contudo, outros podem até ter se beneficiado e talvez muitos podem ter apenas sofrido pequenos aborrecimentos.

³² BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30881-33349-1-PB.pdf>>

³³ COSTA, Marcelo Freire Sampaio. Dano Moral Coletivo nas Relações Laborais: de acordo com o novo código de processo civil, 2ª ed. Pág. 20. São Paulo: LTr, 2016.

³⁴ REMEDIO, José Antonio; RIVERO, Carolina Cislighi. A Reparabilidade do Dano Moral Coletivo Ambiental. Direito & Paz | São Paulo, SP - Lorena | Ano IX | n. 36 | p. 172 - 194 | 1º Semestre, 2017.

Maria Celina Bodin de Moraes³⁵ ao tratar sobre a necessidade de averiguação do dano em relação ao dano moral, discorre que a matéria dos danos morais atualmente no Brasil seria dotada de uma excessiva generalidade. A autora argumenta que seria concedido um verdadeiro “cheque em branco” nas mãos dos magistrados brasileiros e que tamanha inconsistência no tema teria como um dos principais elementos a desnecessidade de qualquer comprovação de danos nos chamados danos *in re ipsa*.

Talvez a posição da autora possa ser vista em outro sentido, o da insuficiência da compensação, de como poderia ser compensado de forma correta uma coletividade sem verificar como, e em qual extensão, os diversos grupos que a compõem foram atingidos.

Todas essas possíveis coletividades que comporiam um grupo afetado por um dano moral coletivo seria de difícil averiguação, onde talvez os investimentos da condenação em favor da sociedade não sejam suficientes para compensar grupos largamente prejudicados, ou talvez não atinjam certos grupos sociais. Sendo que talvez não ajude a grupos de empresários restabelecerem seus negócios, grupos de trabalhadores recuperarem os postos de trabalho que perderam, comunidades receberem opções de lazer quando terão que ficar anos sem poder usufruir de um parque que foi degradado.

Rinaldo Guedes Rapassi ao tratar de dano moral coletivo no âmbito do processo do trabalho escreve que “saber da destinação de indenizações em pecúnia para fundos federais, a recheiar cofres públicos distantes do local originário da lesão, é a causa da repulsa que muitos sentem ao se deparar com ações civis públicas”³⁶.

O posicionamento do autor demonstraria que em certas situações os recursos obtidos em condenações por dano moral coletivo não seriam revertidos em favor da coletividade afetada, o que poderia afetar a compensação deste determinado grupo.

Albano Francisco Schmidt, em pesquisa sobre o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, expõe as seguintes informações:

No ano de 2011, os projetos financiados pelo FDD computaram o valor de R\$10.011.089,95 (dez milhões onze mil e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos), largamente representado por projetos de cunho ambiental, artístico e de direito do consumidor, notando-

³⁵ MORAES, Maria Celina Bodin. Dano Moral: conceito, função, valoração. Jan. 2011. Pág. 2 - 3. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/277328810>>

³⁶ RAPASSI, Rinaldo Guedes. Indenização por dano coletivo deve ser paga à sociedade. ANAMATRA: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Publicado em: 28 jan 2013. Disponível em: <[https://www.anamatra.org.br/artigos/1038-Indenização por dano coletivo deve ser paga à sociedade \(anamatra.org.br\)](https://www.anamatra.org.br/artigos/1038-Indenizacao_por_dano_coletivo_deve_ser_paga_a_sociedade(anamatra.org.br))>. Acesso em: 17/06/2021.

se a existência de somente um projeto ligado à ordem econômica, no valor de R\$269.359,67 (duzentos e sessenta e nove mil trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos). Tais números, bem como os demais projetos financiados até o ano de 2005, representam uma absoluta tendência seguida pelo FDD até este último ano em análise, sendo que a quase totalidade dos projetos existentes dizem respeito aos direitos ambientais, artísticos e culturais e de direito do consumidor.

Vê-se, portanto, que há uma efetiva dispersão temática dos projetos que recebem auxílio do fundo, não havendo uma preocupação visível em restituir diretamente os maiores direitos atingidos naqueles anos, quando infrações a ordem econômica representaram mais de 80% dos recolhimentos do FDD e este não tem uma presença significativa nos projetos apoiados.³⁷

Então, segundo os dados do autor, embora os valores sejam revertidos em favor da sociedade e o artigo 7º do Decreto 1.306/1994 determine que a destinação dos recursos “deverão estar relacionadas com a natureza da infração ou de dano causado”, nem sempre, na prática, ocorreria a compensação a todos os interesses coletivos atingidos e, conseqüentemente, as coletividades privadas destes bens.

Albano Francisco Schmidt ainda informa que quase cinquenta milhões de reais do Fundo, durante parte do período de tempo pesquisado por ele, estariam sob a legenda “outros interesses coletivos e difusos”. Indicando o autor que tal fato poderia tornar problemático o direcionamento dos recursos efetivamente para os direitos afetados.

Parece contraditório que uma cifra tão vultuosa esteja sob uma legenda absolutamente vaga, quando, segundo as diretrizes fundamentais do FDD, os direitos ofendidos devem ser claramente revelados, tornando possível o direcionamento de recursos para sua própria reparação.³⁸

Pensar em uma moral coletiva ou uma personalidade coletiva que estaria sendo compensada, abstraindo os indivíduos que a compõe, como o dano ao interesse coletivo atingiu todos os diferentes grupos inseridos na coletividade e como os recursos da condenação, que buscam a compensação, devem ser investidos, poderia se tornar problemático, visto que, por mais que tais valores pecuniários sejam revertidos em favor desta mesma comunidade, talvez muitas pessoas acabem nunca se beneficiando destes investimentos nem de forma indireta. Então parte desta moral coletiva estaria sendo compensada e outra parte não? Mas, no momento da condenação, não teria toda a coletividade sido compensada?

³⁷ SCHMIDT, Albano Francisco. OS PRIMEIROS 30 ANOS DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS SOB A LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: “CONTRIBUINTES”, PROJETOS APOIADOS E NOVAS PERSPECTIVAS SOCIAIS ARGUMENTUM - Revista de Direito n. 15 - 2014 - UNIMAR, pág 222.

³⁸ SCHMIDT, Albano Francisco. OS PRIMEIROS 30 ANOS DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS SOB A LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: “CONTRIBUINTES”, PROJETOS APOIADOS E NOVAS PERSPECTIVAS SOCIAIS ARGUMENTUM - Revista de Direito n. 15 - 2014 - UNIMAR, pág 218.

Ou seja, grupos que poderiam se beneficiar dos valores pecuniários, sendo mesmo que indiretamente compensados pela lesão a um valor que tem capacidade para afetar diversas pessoas ao mesmo tempo, e grupos que não teriam se beneficiado e consequentemente não teriam sido compensados pela lesão grave de seus interesses coletivos. Lembrando que a ideia de compensação inserida no dano moral individual remete a uma certa satisfação do ofendido e, ao tratar de grupos de pessoas, está falando-se de diversidades, onde subgrupos inseridos dentro dessa coletividade maior talvez não tenham acesso nem indiretamente a esta compensação, ou mesmo podem ser beneficiados em um grau irrelevante em comparação com os danos sofridos.

Nesse sentido da possível inferioridade da indenização em relação ao interesse coletivo afetado, Ivan Ribeiro, escrevendo sobre o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, discorre que:

O montante de execução dos fundos pretendidos para 2018, de pouco mais de R\$ 300 milhões, significa notável avanço e representa montante mais de cem vezes maior do que a média histórica. Trata-se, entretanto, ainda de fração ínfima – apenas em termos de comparação, as empresas envolvidas no acidente de Mariana, em 2015, pagaram efetivamente R\$ 5,7 bilhões de um total em danos estimados em R\$ 155 bilhões pelo MPF. A reparação de danos aos direitos difusos e coletivos se faz tardiamente. A falta de interesses organizados, o grande proveito que os violadores da lei auferem ao prejudicar maiorias dispersas e a miríade de dificuldades na satisfação do interesse público faz com que muito se perca. O patrimônio histórico é queimado, o meio ambiente devastado, a economia verga sob o peso de monopólios que operam sem restrição alguma.³⁹

Sendo que, segundo o artigo intitulado “Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) abre processo seletivo para projetos”, publicado no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no ano de 2018 teriam sido aplicados apenas R\$ 3 milhões em projetos para prevenção e recomposição de danos aos direitos coletivos, visto que, antes do ano de 2019 os valores seriam contingenciados.⁴⁰

No ano de 2019 a então diretora do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, Adriana Dullius, falou que seria a primeira vez que os recursos

³⁹ RIBEIRO, Ivan. O TRF e o Fundo de Direitos Difusos. Valor Econômico. Publicado em: 23 out 2019. Disponível em: <[O TRF e o Fundo de Direitos Difusos | Legislação | Valor Econômico \(globo.com\)](#)>. Acesso em: 15/05/2021.

⁴⁰ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) abre processo seletivo para projetos**. Brasília, 2019. Disponível em: <[Fundo de Defesa de Direitos Difusos \(FDD\) abre processo seletivo para projetos — Ministério da Justiça e Segurança Pública \(justica.gov.br\)](#)> Acesso em: 13/06/2021.

do Fundo poderiam “ser integralmente investidos em projetos que visem a prevenção e a recomposição de danos aos direitos difusos coletivos.”⁴¹

Então, devido a dificuldade de se compensar uma coletividade por completo, o que estaria ocorrendo seriam punições a atos nefastos contra valores que concretamente se mostram indispensáveis? Seria o direito civil desenvolvendo mecanismos para também assumir uma função de punir atos ilícitos, muito mais que compensando a coletividade?

Nesse sentido Felipe Braga Netto discorre que a responsabilidade civil no atual contexto do direito brasileiro “perde a função *puramente* ressarcitória, passando a ostentar, também, inegavelmente, funções que *podem ser* punitivas. O direito civil, por sua vez, progressivamente assume funções preventivas e punitivas”⁴².

No próximo item deste trabalho será analisada a função punitiva que a responsabilidade civil por dano moral coletivo teria e se essa função seria preponderante no instituto jurídico.

4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL COLETIVO E A FUNÇÃO PUNITIVA E PEDAGÓGICA

Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald e Felipe Peixoto Braga Netto⁴³ ensinam que a condenação por dano moral coletivo significaria principalmente uma sanção aplicada ao ofensor de interesses coletivos e, também, um desestímulo a repetição de tais atos, tal efeito, na opinião dos autores, com fulcro preventivo.

Os autores ensinam que a função punitiva/preventiva busca “o desenvolvimento de mecanismos de contenção do comportamento do ofensor, prescindindo das consequências que concretamente essa conduta possa determinar”⁴⁴

⁴¹ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) abre processo seletivo para projetos**. Brasília, 2019. Disponível em: <[Fundo de Defesa de Direitos Difusos \(FDD\) abre processo seletivo para projetos — Ministério da Justiça e Segurança Pública \(justica.gov.br\)](https://www.justica.gov.br/assessoria-comunicacao/assessoria-comunicacao-1234567890)> Acesso em: 13/06/2021.

⁴² BRAGA NETTO, Felipe. As Novas Funções da Responsabilidade Civil: A função punitiva em casos concretos. Meu Site Jurídico. Disponível em: <[As novas funções da responsabilidade civil: A função punitiva em casos concretos \(jusbrasil.com.br\)](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/1234567890)>. Acesso em: 15/03/2021.

⁴³ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. Pág. 324. São Paulo: Atlas, 2015.

⁴⁴ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. Pág. 341. São Paulo: Atlas, 2015.

Os autores, José Antonio Remedio e Carolina Cislighi Rivero⁴⁵, ensinam que o caráter punitivo da condenação por dano moral coletivo traz a ideia de prevenção, embora os autores entendam que seria possível a reparação da comunidade de forma indireta.

Contudo, a função da compensação poderia ficar comprometida sem se verificar efetivamente como essa compensação indireta em prol da coletividade se dará e sem se analisar com profundidade como os diversos grupos sociais foram atingidos. Situação em que poderia ser muito difícil saber como a coletividade como um todo seria alcançada pelos investimentos da indenização devida, ou mesmo se seria completamente compensada. Isso devido as diferenças sociais.

Mesmo tais recursos sendo geridos pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos, que tem a missão de investi-los em favor da coletividade, devido as diferenças e complexidades da sociedade e, também, a capacidade que muitos dos atos englobados pelo dano moral coletivo tem de causarem malefícios em larga escala, existiria a possibilidade de grupos que foram vítimas do dano moral coletivo não serem compensados.

Então, muito mais que uma função compensatória, o dano moral coletivo teria a função de punir e desestimular o ofensor de reiterar o ato prejudicial, bem como, possíveis outros ofensores aos interesses da coletividade.

Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald e Felipe Peixoto Braga Netto⁴⁶ veem apenas um caráter punitivo no dano moral coletivo, que teria sido desenvolvido pelo meio jurídico brasileiro como forma de proteger valores de extrema importância para a sociedade contemporânea.

Anderson Schreiber em artigo com o título, “Dano Moral Coletivo por Corrupção”, escreve que uma controvérsia muito posta nas discussões sobre o dano moral coletivo é sobre o caráter punitivo da indenização⁴⁷.

Antônio Junqueira de Azevedo⁴⁸ concebe que a responsabilidade civil deveria ser ampliada para além dos conceitos de dano material e dano moral e que não seria verdade o posicionamento de que o direito civil não puna.

⁴⁵ REMEDIO, José Antonio; RIVERO, Carolina Cislighi. A Reparabilidade do Dano Moral Coletivo Ambiental. Direito & Paz | São Paulo, SP - Lorena | Ano IX | n. 36 | p. 172 - 194 | 1º Semestre, 2017.

⁴⁶ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. Pág. 321 - 323. São Paulo: Atlas, 2015.

⁴⁷ SCHREIBER, Anderson. Dano Moral Coletivo por Corrupção. Jornal Carta Forense. Disponível em: <<http://www.carteforense.com.br/conteudo/artigos/dano-moral-coletivo-por-corrupcao/17838>>

⁴⁸ AZEVEDO, Antonio Junqueira. Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado, 1ª ed. 2ª tiragem. Pág. 380. São Paulo: Saraiva, 2010.

Seria possível sustentar, portanto, que o caráter punitivo é predominante no instituto jurídico do dano moral coletivo, isso devido a extrema importância dos interesses que são englobados por ele, bem como, a dificuldade que se apresenta em várias ocasiões de se compensar todos os prejuízos extrapatrimoniais causados em larga escala, isso devido ao fato da sociedade não ser um ente metaindividual homogêneo, pelo contrário, ser formada por inúmeros grupos, que são compostos pelos mais variados indivíduos que podem ser atingidos de formas diferentes e podem ter diferentes acessos aos investimentos da condenação.

Por exemplo, em uma lesão causada contra a economia existem efeitos que se perpetram no tempo, podendo tanto ter efeitos negativos que permanecem durante muito tempo, quanto ter efeitos que podem aparecer após muito anos. Então como reparar hoje um dano que ainda não cessou, ou que apenas aparecerá no futuro, talvez para futuras gerações?

Outro fato que pode trazer essa característica de causar efeitos futuros é o dano ambiental, que pode ser capaz de trazer prejuízos a integridade física dos afetados somente após um longo período de exposição, ou mesmo, deixar resultados capazes de prejudicar a saúde das futuras gerações, então, como hoje compensar esses danos extrapatrimoniais futuros?

Portanto, o dano moral coletivo teria um caráter muito mais punitivo que de compensação.

Sob esta perspectiva o direito civil estaria também assumindo a responsabilidade de prevenir atos considerados prejudiciais ao convívio em sociedade, e a ideia de ampliação das funções da responsabilidade civil⁴⁹ estaria sendo aplicada através do dano moral coletivo.

Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald e Felipe Peixoto Braga Netto⁵⁰ apontam que para aceitar o modelo de reparação desenvolvido para o dano moral coletivo, e, aceito pela maioria da doutrina, seria necessário entender possível a existência de um ente ideal transindividual que seja detentor dos interesses metaindividuais que são objetos de tais tipos de ações judiciais. Defendem que o dano moral tem natureza individual e que um dano extrapatrimonial não poderia atingir uma comunidade abstratamente considerada, tendo em vista, na posição dos autores, a

⁴⁹ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

⁵⁰ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. Pág. 321 - 323. São Paulo: Atlas, 2015.

necessidade de “uma lesão a um interesse concretamente merecedor de tutela”⁵¹ para caracterizar o dano moral, ou seja, a necessidade de poder verificar concretamente a lesão ao direito imaterial, não através de conceitos ultrapassados, como dor e sofrimento, mas verificar o prejuízo que tal lesão causou ao interesse extrapatrimonial, sendo que tal situação só seria passível de análise em perspectiva individual, vendo a limitação que a vítima sofreu em seu direito imaterial.

FARIAS, ROSENVALD e BRAGA NETTO (2015, p. 323) consideram que o dano moral coletivo seria uma “peculiar espécie de pena civil, criativamente desenhada no ordenamento brasileiro, em nada se assemelhando com a natureza do dano extrapatrimonial”.

Xisto Tiago de Medeiros Neto⁵² ensina que o instituto jurídico do dano moral coletivo não pode ser enquadrado na reparação típica, atrelada aos danos individuais, colocando que tal instituto configuraria uma espécie de “indenização punitiva”, o autor entende que caso lesões desta categoria não sejam devidamente reprimidas pelo meio jurídico, poderia afetar a estabilidade social e, também, causaria a sensação ao violador da lei de que sua conduta é vantajosa, pois, em muitos casos, apenas a reparação de danos materiais não seria capaz de dissuadir, visto que, os lucros advindos podem ser muito mais elevados.

“Verifica-se facilmente que condutas lesivas a direitos transindividuais, refletindo significativo grau de reprovabilidade social e efeitos danosos à coletividade deixariam os seus autores isentos de uma responsabilização adequada, em que pese o proveito e vantagens obtidas com o ilícito praticado, o que seria uma demonstração inaceitável da vulnerabilidade e inaptidão do sistema jurídico. No objetivo de impedir o prevalecimento dessas hipóteses absurdas e injustas, estruturou-se, legalmente, o mecanismo de condenação do ofensor em uma parcela pecuniária significativa, de maneira a atender, preponderantemente, à finalidade sancionatória, e também preventiva, que informa esse tipo especial de responsabilidade civil, pertinente ao campo dos direitos coletivos (*lato sensu*)”. (MEDEIROS NETO, 2012)

O voto proferido pela Ministra Nancy Andrighi, no Recurso Especial nº 1.502.967, DJe datado de 14/08/2018, menciona três funções que o dano moral coletivo teria, sendo: “a) proporcionar uma reparação indireta à injusta e intolerável

⁵¹ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. Pág. 321 - 323. São Paulo: Atlas, 2015.

⁵² MEDEIROS NETO. Xisto Tiago. O Dano Moral Coletivo e o Valor da sua Reparação. Rev. TST, Brasília, vol. 78, nº 4, out/dez 2012.

lesão de um direito extrapatrimonial superior da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a tais direitos transindividuais”.

No julgado é citado que “a condenação em reparar o dano moral coletivo visa punir e inibir a injusta lesão da esfera moral de uma coletividade, preservando, em ultima ratio, seus valores primordiais”⁵³.

Ficando explícito no julgado esse entendimento do caráter punitivo pedagógico atrelado ao instituto jurídico do dano moral coletivo.

Tal posicionamento seria oriundo dos interesses que normalmente são objetos de tais ações judiciais, como a ordem econômica, os direitos dos consumidores, a saúde pública e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Interesses de tamanha magnitude que buscava-se punir os ofensores para evitar a repetição dos atos lesivos.

Leonardo Vizeu Figueiredo coloca que: “Interesse coletivo é todo aquele que deve se sobrepor ao interesse do particular, com o fim de se garantir a sobrevivência da própria liberdade individual e da sociedade. Além de coletivo, faz-se necessário, ainda, que o interesse seja dotado de relevância”⁵⁴.

Poder-se-ia extrair da definição do autor que tais interesses se mostraram concretamente tão importantes pelo fato de atos graves causados contra eles poderem atingir diretamente os direitos individuais das pessoas e capazes de ocorrerem em larga escala, afetando grande parte dos componentes da sociedade.

Um exemplo dessa capacidade de serem atingidos direitos individuais em larga escala são os atos contra a economia, em que danos graves à ordem econômica podem causar os mais perversos resultados para toda uma população. Fabio Guimarães Bensoussan e Marcus de Freitas Gouvêa ao tratar dos conluíus verticais (cartéis) escrevem que:

“Os acordos verticais são aqueles que, de alguma forma prejudicam a concorrência. Mais ainda, aqueles que, ultrapassando os limites da licitude no âmbito individual das relações jurídicas firmadas entre fornecedores, produtores e distribuidores, atingem a concorrência a ponto de afetar o interesse da coletividade”.⁵⁵

Em outro exemplo, Anderson Schreiber coloca que “a corrupção lesa o interesse da coletividade não apenas pelos prejuízos econômicos (danos patrimoniais) causados,

⁵³ REsp. nº 1.502.967. Rel^a.: Nancy Andrighi. DJe: 14/08/2018.

⁵⁴ FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de Direito Econômico, 7ª ed. Pág. 111. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

⁵⁵ BENSOUSSAN, Fabio Guimarães; GOUVÊA, Marcus de Freitas. Manual de Direito Econômico. Pág. 594. Bahia: JusPODIVM, 2015.

mas também pelas suas consequências extrapatrimoniais, como a descrença da população nas instituições públicas e o descrédito que passa a incidir sobre as suas ações”⁵⁶.

Nelson Rosenvald⁵⁷ trata de uma situação onde a Agência de Proteção Ambiental dos EUA descobriu que a montadora de veículos Volkswagen instalava em seus veículos a diesel um software que burlava os testes de emissão de NOx. O autor discorre que tal atitude é extremamente antissocial e causa um rebaixamento na qualidade de vida de forma generalizada, ainda, pondera sobre qual tipo de ordenamento jurídico que se espera, colocando que nesses tipos de situações a simples reparação civil não seria suficiente, pois apenas atrelaria-se a contenção de danos, podendo ser vantajoso para o ofensor, já que pode materializar-se em míseras indenizações e, além de tudo, abarrotam o Judiciário com ações. Propondo o “modelo jurídico da pena civil, ou seja, uma sanção punitiva de ilícitos civis”⁵⁸, visando condutas com extrema reprovabilidade social e punindo o causador, ainda levando em conta a extensão do ilícito e a capacidade econômica do agente.

Sendo que, tal meio serviria como uma forma educativa de prevenção de tais atos ilícitos, tendo que a punição ser exemplar, acabando com a sensação de que o custo benefício de praticar a ação seria vantajoso e valeria a pena ao final.

Outro exemplo de interesse difuso é o meio ambiente, em que Sílvio de Salvo Venosa⁵⁹ ensina que a reparação dos danos causados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve buscar o retorno ao estado anterior do ambiente lesado e uma condenação em dinheiro, colocando, ainda, que um não excluiria o outro e que o principal é a reconstituição do meio ambiente e somente quando tal objetivo não for possível é que deve-se impor apenas indenização, contudo, em valor mais elevado, englobando a indenização que normalmente já deveria ser imposta mesmo se fosse possível a reconstituição, somado com valores para compensar tal impossibilidade.

⁵⁶ SCHREIBER, Anderson. Dano Moral Coletivo por Corrupção. Jornal Carta Forense. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/dano-moral-coletivo-por-corrupcao/17838>>

⁵⁷ ROSENVALD, Nelson. O futuro da responsabilidade civil brasileira pelo retrovisor da Volkswagen. Publicado em 10/06/2015. Disponível em: <<https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2015/10/06/o-futuro-da-responsabilidade-civil-brasileira-pelo-retrovisor-da-volkswagen>>

⁵⁸ ROSENVALD, Nelson. O futuro da responsabilidade civil brasileira pelo retrovisor da Volkswagen. Publicado em 10/06/2015. Disponível em: <<https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2015/10/06/o-futuro-da-responsabilidade-civil-brasileira-pelo-retrovisor-da-volkswagen>>

⁵⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Responsabilidade Civil, vol. 4, 13ª ed. Pág. 229. São Paulo: Atlas, 2013.

Mas VENOSA (2013, p. 229) também vê como imprescindível que a sentença envolvendo degradação ao meio ambiente tenha um caráter punitivo, escrevendo que “a sentença deve ter também inegável cunho pedagógico e punitivo, seguindo, inclusive, a moderna tendência no campo da responsabilidade civil”.

Flávio Tartuce⁶⁰ ao tratar dos direitos difusos discorre sobre a importância dos mecanismos da proteção social em detrimento de comportamentos individuais e egoístas, lecionando que a responsabilidade civil deve ter o compromisso com a proteção da pessoa humana e para isso a responsabilidade civil deveria assumir uma função social, sobre tudo através da sanção e prevenção.

Em exemplo sobre um caso concreto relativo a uma greve de metroviários, Tartuce escreve que “a extensão do dano para a coletividade, material e imaterial, foi levada em conta para a fixação da indenização, reconhecendo-se o caráter pedagógico ou disciplinador da responsabilidade civil, com uma função de desestímulo para a repetição da conduta”⁶¹.

Mas, para tentar entender essa possível predominância do caráter punitivo da responsabilidade civil por dano moral coletivo em relação à função compensatória é possível citar um exemplo hipotético de dano causado ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em que o caráter punitivo da sentença que condena em danos morais coletivos em muitas situações poderia justificar muito mais a referida condenação. Imaginando uma pequena cidade que tem sua economia baseada em função da atividade de uma fábrica, por mais que tal indústria cause níveis de poluição muito acima do tolerável por critérios científicos e administrativos, que seja capaz de trazer malefícios para a saúde dos moradores da cidade e capaz de afetar indivíduos de cidades vizinhas, ou mesmo deixando resultados perversos para as próximas gerações, como poderia ser pleiteado danos morais coletivos alegando lesão aos valores fundamentais da sociedade, se os moradores daquela cidade considerarem que as vantagens econômicas são muito mais relevantes e que seus valores sociais estariam preservados? Como alegar que a personalidade coletiva estaria sendo afetada, se os membros daquela cidade não veem danos a sua personalidade coletiva, mas, na verdade, veem benefícios? Então, uma eventual condenação por dano moral coletivo muito mais que compensando uma coletividade transindividual, que concretamente não se veria prejudicada, estaria buscando inibir um comportamento tido como

⁶⁰ TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil. Volume Único. Pág. 343. São Paulo: Ed. Método, 2018.

⁶¹ TARTUCE, Flávio. Manual de Responsabilidade Civil. Volume Único. Pág. 346. São Paulo: Ed. Método, 2018.

prejudicial e também buscando estimular a adequação de práticas para respeitar a vida em sociedade.

Sendo que a função punitiva e pedagógica seria preponderante em relação à compensatória, punindo os ofensores e conformando seus comportamentos, bem como, de eventuais imitadores.

Luiz Guilherme Marinoni leciona no sentido de que as normas que mais importam seriam:

[...] as normas que, também por intermédio da proibição de condutas ou ações, protegem determinados direitos transindividuais (direito ao meio ambiente, direito do consumidor etc). Ora, se a norma objetiva dar tutela ao direito, impedindo certa conduta, ela foi editada justamente porque a sua prática pode trazer danos, e por isso deve ser evitada.⁶²

O voto condutor da Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Nancy Andri ghi, no Recurso Especial nº 1.403.865/SP⁶³, descreve qual seria o caráter punitivo de uma indenização, ao analisar o artigo 102 da Lei de Direitos Autorais ela coloca que o Legislador ao prever esta indenização tinha a intenção principal de impor uma punição para inibir novas práticas semelhantes. Dispondo, ainda, que “a mera compensação financeira mostra-se não apenas conivente com a conduta ilícita, mas estimula sua prática”. No caso concreto tratado no recurso especial é discorrido sobre a utilização ilegal de softwares, e a Ministra cita que caso não ocorresse a punição não seria desestimulada a conduta. Já que, se o ofensor fosse processado e condenado, apenas seria obrigado a pagar o valor correspondente das licenças, então seria vantajoso, pois se não descoberto auferiria muitos lucros ilegais e se condenado a ressarcir, pagaria as licenças e ainda teria lucros.

O recurso especial apesar de tratar de um caso a respeito de direito individual, demonstraria a possibilidade da função punitiva na condenação por dano moral e sua utilização para conformação de condutas, caso em que seria demonstrado que o direito civil teria sim aptidão para tal encargo. Contudo, quando se fala em reparação, no dano moral individual ela seria mais clara, já que se veria a limitação sofrida pela vítima e a condenação é revertida diretamente para ela, possibilitando que o ofendido se beneficie dos valores, contudo no dano moral coletivo talvez muitos grupos lesados nunca sejam compensados de suas mazelas extrapatrimoniais, até porque, sem

⁶² MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito. Academia Brasileira de Direito Processual Civil. Disponível em: <www.abdpc.org.br>.

⁶³ REsp. nº 1.403.865/SP. Rel^a.: Nancy Andri ghi. DJe: 18/11/2013.

verificar as diversas possibilidades de prejuízos sofridos, talvez, não seja possível compensa-los, ou mesmo proporcionar que mesmo indiretamente chegue a esses grupos os investimentos efetuados pelos valores da condenação.

Mas é exatamente pelo fato de ser tão difícil reparar um dano coletivo, ou mesmo compensar a coletividade por seus prejuízos extrapatrimoniais, que se tornaria tão importante a punição do ofensor, pela capacidade danosa dos atos que o dano moral coletivo abrange, sendo que, por causa disso, muitos autores defendem repensar as funções da responsabilidade civil e, conseqüentemente, a posição do dano moral coletivo dentro dela, em que a colocação dentro da categoria dos danos morais não representaria a melhor técnica jurídica.

Jaime Leandro Bulos e Jamile Coelho Moreno⁶⁴ entendem que a possibilidade do dano moral coletivo abrangeria apenas os chamados direitos coletivos em sentido estrito e os danos que atinjam direitos individuais homogêneos, contudo, como o entendimento sobre dano moral coletivo geraria muita controvérsia, Jaime Leandro Bulos e Jamile Coelho Moreno defendem que qualquer dano a coletividade deveria ser reparado unicamente através dos chamados danos sociais, pois os “danos sociais não só abrangeriam os danos morais causados à sociedade como também os demais danos praticados através de condutas egoístas e prejudiciais à coletividade, sendo então passíveis de ressarcimento de uma forma mais ampla e evitando discussões acerca do cabimento de um ou outro dano”.

Para os autores tal posicionamento aprimoraria a técnica jurídica do ressarcimento dos danos causados à sociedade, deixando o instituto do dano moral unicamente voltado ao âmbito dos danos individuais, o que acabaria com críticas e confusões que poderiam com o tempo minuar o instituto do dano moral coletivo.

Renata Vilela Multedo e Fernanda Nunes Barbosa⁶⁵ também se posicionam no sentido de ser edificado uma categoria específica para os danos extrapatrimoniais em perspectiva coletiva, entendendo as autoras que manter as lesões a interesses extrapatrimoniais de ordem coletiva dentro do instituto do dano moral poderia banalizar este.

⁶⁴ BULOS, Jaime Leandro; MORENO, Jamile Coelho. Dos Novos Danos: Dano Moral Coletivo ou Dano Social? Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 4, p. 104-127, out/2016.

⁶⁵ BARBOSA, Fernanda Nunes; MULTEDO, Renata Vilela. Reflexões sobre os Chamados Danos Morais Coletivos. In: ROSENVALD, Nelson; TEIXEIRA NETO, Felipe (Org.). **Dano Moral Coletivo**. Pág. 53 - 72. São Paulo: Foco, 2018.

Bruno Leonardo Câmara Carrá⁶⁶, pondera que deveria ser colocado o dano moral coletivo, ou no caso, as lesões a interesses extrapatrimoniais coletivos, dentro de uma categoria autônoma na responsabilidade civil, rompendo com a dicotomia do dano material e moral, que isso seria mais benéfico para o instituto jurídico, visto que ele teria uma característica preponderantemente punitiva/pedagógica e não se enquadraria com perfeição no conceito de dano moral desenvolvido para os direitos individuais.

Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald e Felipe Peixoto Braga Netto⁶⁷ lecionam no sentido de que seria momento de repensar a função da responsabilidade civil, adicionando a função de censurar o comportamento do lesante, onde o Direito Civil também seria responsável em coibir comportamentos antijurídicos que são tão prejudiciais a vida em sociedade, comportamentos que causam um rebaixamento na qualidade de vida da sociedade como um todo.

A ausência de resposta jurídica eficaz a esses comportamentos poderia gerar um sentimento de impunidade perante a sociedade e, também, poderia encorajar a sua repetição.

CONCLUSÃO

Nelson Rosenvald⁶⁸ em artigo intitulado “Por uma Tipologia Aberta dos Danos Extrapatrimoniais” defende que o dano moral estaria sofrendo uma verdadeira hipertrofia devido ao fato de que estariam sendo adicionadas as mais diversas exigências sociais dentro do instituto jurídico com o intuito de dar conta destas nascentes controvérsias jurídicas. Sendo que, o autor pergunta se queremos um sistema reparatório ou um sistema que contenha danos prejudiciais à vida em sociedade.

Essas novas exigências sociais cada vez mais demonstram que existem condutas que não podem ser aceitas, mas apenas ficar restrito a reparação de danos pode ser insuficiente, até porque existem danos que são irreparáveis, principalmente quando se

⁶⁶ CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. Ainda Sobre o Conceito de Dano Moral Coletivo. In: ROSENVALD, Nelson; TEIXEIRA NETO, Felipe (Org.). **Dano Moral Coletivo**. Pág. 53 - 72. São Paulo: Foco, 2018.

⁶⁷ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil, 2ª ed. Pág. 336 - 337. São Paulo: Atlas, 2015.

⁶⁸ ROSENVALD, Nelson. Por uma Tipologia Aberta dos Danos Extrapatrimoniais. Publicado em 05/12/2020. Disponível em: <<https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2020/05/12/Por-uma-tipologia-aberta-dos-danos-extrapatrimoniais>>

fala de todo um grupo social formado dos mais diversos nichos, e o direito civil cada vez mais veria uma necessidade de repensar suas funções e buscar também agir para conter comportamentos prejudiciais antes que causem seus malefícios, já que, evidentemente, é muito melhor evitar os comportamentos desvalorizados do que buscar a reparação após o dano.

Anderson Schreiber⁶⁹ vê a importância das ações coletivas, entretanto, em relação aos interesses individuais homogêneos. Entendendo que a responsabilidade civil deve se adequar as novas exigências de interesses não patrimoniais para dar efetiva tutela a eles, mas vendo como necessário, também, “cogitar de outros instrumentos que possam somar-se ao instituto com o propósito de promover a mais ampla e justa proteção contra os danos”⁷⁰.

Tamanha é a importância dos bens jurídicos que o dano moral coletivo atende, envolvendo questões presentes e futuras, que não se deve ficar albergado apenas nas esferas jurídicas da restauração e da reparação ou mesmo da punição dos comportamentos reprováveis, como meio de conformação de comportamentos.

Sendo imprescindível dialogar com a esfera administrativa, que teria muito mais condições e ferramentas do que o judiciário de fazer uma tutela preventiva destes interesses, incluindo fiscalização e a requisição de comportamentos exigidos mesmo antes de qualquer dano ou ameaça de dano ocorrer.

Contudo, na falta ou mesmo insuficiência das ferramentas administrativas, o direito civil também poderia trabalhar no sentido de evitar danos a sociedade através da punição de comportamentos ilícitos, buscando com isso inibir estes comportamentos e conforma-los ao que seria aceitável. Mas, talvez, ficar restrito aos conceitos de dano material e dano moral poderia não ser o suficiente.

Do mesmo modo que o dano moral foi adotado quando os velhos conceitos dos danos patrimoniais se mostraram insuficientes, ele não pode ser utilizado de forma indiscriminada, sob o risco de, até mesmo, deslegitimar-se.

Qualificar o dano moral coletivo em uma categoria própria no âmbito da responsabilidade civil poderia ser mais benéfico ao instituto jurídico, aprimorando sua técnica.

⁶⁹ SCHREIBER, Anderson. Novas Tendências da Responsabilidade Civil brasileira: Revista Trimestral de Direito Civil: RTDC, ano 6, vol. 22, abril a junho de 2005. Ed. PADMA: Rio de Janeiro. Pág. 45 - 69.

⁷⁰ SCHREIBER, Anderson. Novas Tendências da Responsabilidade Civil brasileira: Revista Trimestral de Direito Civil: RTDC, ano 6, vol. 22, abril a junho de 2005. Ed. PADMA: Rio de Janeiro. Pág. 45 - 69.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antonio Junqueira. **Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado**, 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.

BAHIA, Carolina Medeiros; MEDEIROS, Heloísa Gomes. O Dano Moral Coletivo nas Relações de Consumo e a Visão dos Tribunais. *Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo*. Curitiba | v. 2 | n. 2 | p. 153 - 167 | Jul/Dez. 2016.

BENSOUSSAN, Fabio Guimarães; GOUVÊA, Marcus de Freitas. **Manual de Direito Econômico**. Bahia: JusPODIVM, 2015.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30881-33349-1-PB.pdf>>

BRAGA NETTO, Felipe. **Novo Manual de Responsabilidade Civil**. Bahia: JusPODIVM, 2019.

BRAGA NETTO, Felipe. As Novas Funções da Responsabilidade Civil: A função punitiva em casos concretos. Meu Site Jurídico. Disponível em: <[As novas funções da responsabilidade civil: A função punitiva em casos concretos \(jusbrasil.com.br\)](http://jusbrasil.com.br)>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) abre processo seletivo para projetos**. Brasília, 2019. Disponível em: <[Fundo de Defesa de Direitos Difusos \(FDD\) abre processo seletivo para projetos — Ministério da Justiça e Segurança Pública \(justica.gov.br\)](http://justica.gov.br)> Acesso em: 13/06/2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 636.021/RJ. Relatora: Nancy Andrighi - Terceira Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 06 mar. 2009. Disponível em: <[STJ - Jurisprudência do STJ](http://stj.jurisprudencia.org)>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.269.494/MG. Relatora: Eliana Calmon - Segunda Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 1 nov. 2013. Disponível em: <[STJ - Jurisprudência do STJ](http://stj.jurisprudencia.org)>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.403.865/SP. Relatora: Nancy Andrighi - Terceira Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 18 nov. 2013. Disponível em: <[STJ - Jurisprudência do STJ](http://stj.jurisprudencia.org)>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1.502.967/RS. Relatora: Nancy Andrighi - Terceira Turma. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, 14 out. 2018. Disponível em: <[STJ - Jurisprudência do STJ](#)>

BULOS, Jaime Leandro; MORENO, Jamile Coelho. Dos Novos Danos: Dano Moral Coletivo ou Dano Social? Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 4, p. 104-127, out/2016.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. Ainda Sobre o Conceito de Dano Moral Coletivo. In: ROSENVALD, Nelson; TEIXEIRA NETO, Felipe (Org.). **Dano Moral Coletivo**. Pág. 53 - 72. São Paulo: Foco, 2018.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**, 10ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

COSTA, Marcelo Freire Sampaio. **Dano Moral Coletivo nas Relações Laborais: de acordo com o novo código de processo civil**, 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

DIAS, Maria Clara. **Ensaio sobre a Moralidade**: Coletânea Ensaio filosóficos. Rio de Janeiro, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Curso de Direito Civil 3: Responsabilidade Civil**, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil 3**, 10ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro 4: Responsabilidade Civil**, 5ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito. Academia Brasileira de Direito Processual Civil. Disponível em:<www.abdpc.org.br>.

MEDEIROS NETO. Xisto Tiago. **Dano Moral Coletivo**, 4ª ed. São Paulo: LTr, 2014.

MEDEIROS NETO. Xisto Tiago. O Dano Moral Coletivo e o Valor da sua Reparação. Rev. TST, Brasília, vol. 78, nº 4, out/dez 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 7ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

MORAES, Maria Celina Bodin. Dano Moral: conceito, função, valoração. Jan. 2011. Pág. 2 - 3. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/277328810>>

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**, volume 7: Responsabilidade Civil, 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OMS. Projeto da estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática. Sexagésima oitava sessão, Dacar, República do Senegal, 27 a 31 de Agosto de 2018. Disponível em: <[AFR-RC68-12 Estratégia Global da OMS sobre mudanças climáticas 0.pdf \(who.int\)](#)>

RAPASSI, Rinaldo Guedes. Indenização por dano coletivo deve ser paga à sociedade. ANAMATRA: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Publicado em: 28 jan 2013. Disponível em: <[https://www.anamatra.org.br/artigos/1038-Indenização_por_dano_coletivo_deve_ser_paga_à_sociedade_\(anamatra.org.br\)](https://www.anamatra.org.br/artigos/1038-Indenização_por_dano_coletivo_deve_ser_paga_à_sociedade_(anamatra.org.br))>. Acesso em: 17/06/2021.

REMEDIIO, José Antonio; RIVERO, Carolina Cislighi. A Reparabilidade do Dano Moral Coletivo Ambiental. Direito & Paz | São Paulo, SP - Lorena | Ano IX | n. 36 | p. 172 - 194 | 1º Semestre, 2017.

RIBEIRO, Ivan. O TRF e o Fundo de Direitos Difusos. Valor Econômico. Publicado em: 23 out 2019. Disponível em: <[O TRF e o Fundo de Direitos Difusos | Legislação | Valor Econômico \(globo.com\)](#)>. Acesso em: 15/05/2021.

ROSENVALD, Nelson. O futuro da responsabilidade civil brasileira pelo retrovisor da Volkswagen. Publicado em 10/06/2015. Disponível em: <<https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2015/10/06/o-futuro-da-responsabilidade-civil-brasileira-pelo-retrovisor-da-volkswagen>>

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. As Fronteiras da Responsabilidade Civil e o Princípio da Liberdade. In: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski; ROSENVALD, Nelson (Org.). **Novas Fronteiras da Responsabilidade Civil: Direito Comparado**. Indaiatuba/SP: Foco, 2020.

SCHREIBER, Anderson. Dano Moral Coletivo por Corrupção. Jornal Carta Forense. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/dano-moral-coletivo-por-corrupcao/17838>>

SCHREIBER, Anderson. Novas Tendências da Responsabilidade Civil brasileira: Revista Trimestral de Direito Civil: RTDC, ano 6, vol. 22, abril a junho de 2005. Ed. PADMA: Rio de Janeiro: Pág. 45 - 69.

SCHMIDT, Albano Francisco. OS PRIMEIROS 30 ANOS DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS SOB A LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: “CONTRIBUENTES”, PROJETOS APOIADOS E NOVAS PERSPECTIVAS SOCIAIS ARGUMENTUM - Revista de Direito n. 15 - 2014 - UNIMAR, pág 222.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**, 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Responsabilidade Civil. Volume Único**. São Paulo: Ed. Método, 2018.

VANDRE, Eduardo. A autonomia do indivíduo e o desvio como exceção. Direito e Filosofia. Publicado em: 04 abr 2017. Disponível em: <[A autonomia do indivíduo e o desvio como exceção – Direito e Filosofia \(eduardovandre.com\)](http://A%20autonomia%20do%20indiv%C3%ADduo%20e%20o%20desvio%20como%20exce%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20Direito%20e%20Filosofia%20(eduardovandre.com))>. Acesso em: 02 fev 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**, vol. 4, 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.